



Edital PNUMA 027/2015

Projeto PNUMA nº 61-P7 (Brazil Project):

“Cidades Inteligentes e Sustentáveis”



Elaboração de uma agenda de municipalização do programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), para municípios com até 50.000 habitantes.

Produto 1. Documento contendo levantamentos gerais com iniciativas nacionais e internacionais correlatas.

Consultor: Rafael Jó Girão

Contrato: ROLAC-BR-2016-06

Brasília, maio de 2016.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. ANÁLISE DOS MATERIAIS PRÉVIOS DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4
2. ESTUDO E CONSULTA A DIVERSOS ESPECIALISTAS EM SUAS EXPERTISES ESPECÍFICAS, SOBRE PROJETOS INTERNACIONAIS E MELHORES PRÁTICAS DE NÚCLEOS TEMÁTICOS. 7	
3. ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS COM O CONTEÚDO E CRUZAMENTO DE DADOS RELATIVOS AOS LEVANTAMENTOS EFETUADOS.....	23

INTRODUÇÃO



O presente produto traz, em seu conteúdo, o levantamento inicial das ações e políticas correlatas ao programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a ser desenvolvido no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica PNUMA nº 61-P7 - "Cidades Inteligentes e Sustentáveis", visando apoiar a elaboração de uma agenda de municipalização da A3P, para municípios com até 50.000 habitantes.

Como apresentado no Termo de Referência para a contratação desta consultoria técnica especializada, a A3P conta com a adesão formal de 240 instituições públicas e tem ganhado amplitude nos últimos anos, especialmente, junto aos municípios. Segundo os dados da Munic/IBGE 2013, no Brasil, 519 municípios já implementam programas de sustentabilidade na administração pública.

Em nível estadual, cinco (05) estados possuem adesão formal com o Programa: Bahia, Ceará, Mato Grosso, Pernambuco e Sergipe. Também existe um canal de comunicação, chamado Rede A3P, que permite a troca de experiências entre os participantes, servindo de estímulo e exemplo. São quase 500 órgãos cadastrados e 1.200 pessoas.

A cada ano tem aumentado em quase 20% o número de instituições que aderem ao programa. Neste sentido, tem-se buscado junto aos Estados, novos arranjos de governança para implementação da A3P, envolvendo a parceria com os órgãos estaduais, consórcios de municípios e redes de sustentabilidade.

Outra questão relevante e que cada vez mais demanda a parceria da A3P é o apoio técnico com a finalidade de facilitar a efetiva gestão urbana sustentável e inteligente dos municípios com até 50.000 habitantes que fazem parte da Rede A3P.

Desta forma, a presente consultoria pretende fornecer apoio teórico institucional e subsídio técnico para a implantação efetiva da A3P nos municípios com até 50.000 habitantes, a partir de uma agenda nacional, que considera as diferentes realidades na descrição e preceitos básicos da aplicação dos termos e critérios de sustentabilidade.

Então, neste Produto 1, realizou-se um levantamento inicial de ações e políticas existentes, em que são previstas as seguintes etapas:

1. Análise dos materiais prévios da Agenda Ambiental na Administração Pública;
2. Estudo e consulta a diversos especialistas em suas expertises específicas, sobre projetos internacionais e melhores práticas de Núcleos Temáticos, e;
3. Elaboração de diagnóstico e propostas com o conteúdo e cruzamento de dados relativos aos levantamentos efetuados.

Estas 3 etapas são descritas a seguir.

1. ANÁLISE DOS MATERIAIS PRÉVIOS DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No início da presente consultoria, a equipe do Ministério do Meio Ambiente (MMA) disponibilizou diversos materiais referentes ao programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), e a seguir são citados alguns destes principais materiais e suas informações mais relevantes:

A) Cartilhas “Curso de capacitação: sustentabilidade na administração pública” (2013), “Agenda ambiental na administração pública (A3P) - 5ª edição” (2009) e “Como implantar a A3P - 3ª edição” (2014) e site da A3P/MMA:

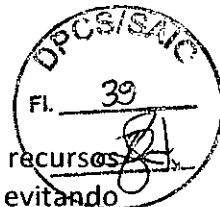
A administração pública é uma grande consumidora de recursos naturais, e de bens e serviços, nas suas atividades meio e finalísticas, movimentando cerca de 10 a 15% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Dessa forma, revisando seus padrões de produção e consumo e adotando novos referenciais de sustentabilidade socioambiental, será indutora de novos critérios e práticas.

Tendo como diretrizes as recomendações do Capítulo IV da Agenda 21, que indica aos países o “estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo”, do Princípio 8 da Declaração do Rio/92, que afirma que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas” e, ainda, da Declaração de Johannesburg, que institui a “adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável”, a A3P foi criada em 1999, como projeto do Ministério do Meio Ambiente, sendo instituído, dois anos depois, o Programa Agenda Ambiental da Administração Pública.

Com o principal objetivo de estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, a A3P também busca:

- Sensibilizar gestores públicos para as questões socioambientais;
- Contribuir para revisão de padrões de produção, consumo e critérios de gestão adotando novos referenciais na administração pública;
- Promover o uso racional dos recursos naturais e redução de gastos institucionais;
- Reduzir o impacto socioambiental negativo causado pelas atividades da administração pública; e
- Contribuir para a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Para alcançar estes objetivos as ações da A3P foram estruturadas em 6 (seis) eixos temáticos prioritários:



1. **Uso racional dos recursos naturais e bens públicos:** usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.
2. **Gerenciamento de resíduos sólidos:** a gestão adequada dos resíduos passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Dessa forma deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente.
3. **Qualidade de vida no ambiente de trabalho:** a qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.
4. **Sensibilização e capacitação dos servidores:** a sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.
5. **Contratações públicas sustentáveis (CPS):** a administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental de suas compras. As CPS que levem à aquisição de bens, contratações de serviços, obras e reformas com critérios de sustentabilidade são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço.
6. **Construções sustentáveis:** As construções sustentáveis são edificações e ambientes que considerem, desde a sua concepção, construção, operação e renovação, o uso de conceitos e procedimentos reconhecidos de sustentabilidade. A construção deve considerar medidas para: redução e otimização do consumo de materiais e energia; redução dos resíduos gerados; preservação do ambiente natural e melhoria da qualidade do ambiente construído.

A A3P pode ser implementada por diversos órgãos e instituições públicas das três esferas de governo e dos três poderes, e a seguir são apresentados os passos propostos para esta implementação:

- **Passo 1 - Termo de adesão:** instrumento pelo qual a instituição formaliza seu compromisso em implantar a A3P. Isso ocorre através da assinatura do termo entre as partes e por meio da consolidação de um Plano de Trabalho acordado junto ao MMA, contendo um rol de metas e ações a serem atingidas pela instituição em prazos diversos;
- **Passo 2 - Criar e regulamentar a Comissão Gestora da A3P:** A Comissão Gestora tem papel fundamental na implementação das ações da A3P, pois, através de seus membros, que são representantes dos diversos setores e áreas da instituição, o planejamento, a execução e o monitoramento dos resultados acontecem de forma participativa;

- **Passo 3 - Realizar diagnóstico ambiental:** O objetivo do diagnóstico é direcionar as melhores medidas a serem implantadas na instituição, tomando por base levantamentos e pesquisas que considerem as necessidades da mesma, de forma a mapear seus gastos como um todo, bem como coletar informações relevantes e atinentes à A3P junto aos servidores;
- **Passo 4 - Desenvolver projetos e atividades:** após a avaliação efetuada no diagnóstico, vem a elaboração de um Plano de Trabalho contendo, de forma documentada, os objetivos do projeto de implantação da A3P, as ações a serem realizadas, as metas mensuráveis e os recursos físicos e financeiros necessários, todos dentro de um cronograma de execução coerente.

Importante mencionar que ambos os materiais apresentam diversas sugestões de ações e políticas correlatas para cada um dos eixos temáticos da A3P;

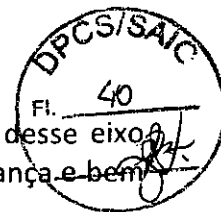
- **Passo 5 - Mobilização e sensibilização:** para o sucesso da implementação das ações da A3P, definidas no Plano de Trabalho, principalmente no que tange às mudanças de hábitos e atitudes, é imprescindível que os servidores estejam sensibilizados para a importância da Agenda. Assim, há um envolvimento mais significativo de cada indivíduo no processo;
- **Passo 6 - Avaliação e monitoramento:** O monitoramento contínuo e a avaliação periódica permitem que sejam identificados os pontos críticos, as melhorias indispensáveis e os procedimentos exitosos, de forma a indicar as necessidades e prioridades para replanejar as atividades. O monitoramento necessita de um conjunto de indicadores para mensurar os avanços atingidos.

B) Planilha e cartilha “Indicadores de desempenho da A3P” e “Modelo de relatório técnico de implementação da A3P”:

Apresentam todos os 91 indicadores de desempenho da A3P e seus respectivos meios e periodicidade de verificação, organizados em cada um dos 6 eixos temáticos e seus subtemas.

A seguir, são apresentados os objetivos gerais dos indicadores de acordo com os eixos temáticos:

- 1. Indicadores de uso racional dos recursos naturais e bens públicos:** os indicadores foram definidos para auxiliar os órgãos nas ações de economicidade do gasto, otimização do uso dos recursos naturais e bens públicos, bem como para a redução do desperdício nas atividades realizadas pela administração.
- 2. Indicadores de gerenciamento de resíduos sólidos:** os indicadores desse eixo estão focados para auxiliar os parceiros da A3P nas ações de controle, redução da geração e destinação correta dos resíduos gerados.
- 3. Indicadores de contratações públicas e construções sustentáveis:** os indicadores desse eixo estão voltados para o processo de aquisição de bens e contratação de serviços, por meio da seleção de produtos que reduzam a geração de resíduos e emissões de CO₂, bem como os impactos socioambientais negativos.



4. Indicadores de qualidade de vida no ambiente de trabalho: os indicadores desse eixo buscam auxiliar os parceiros da A3P na avaliação das ações voltadas para a segurança e bem-estar dos servidores.

5. Indicadores de sensibilização e capacitação dos servidores: os indicadores desse eixo foram definidos com foco nas ações de informação, valorização e engajamento dos servidores.

C) Cartilha "5º prêmio melhores práticas da A3P":

Apresenta boas iniciativas de cunho socioambiental promovidas pelas instituições públicas em todo o país, além de disponibilizar os seus contatos eletrônicos.

2. ESTUDO E CONSULTA A DIVERSOS ESPECIALISTAS EM SUAS EXPERTISES ESPECÍFICAS, SOBRE PROJETOS INTERNACIONAIS E MELHORES PRÁTICAS DE NÚCLEOS TEMÁTICOS

Para o mapeamento das instituições e especialistas a serem consultados, utilizou-se como base os temas dos 6 eixos da A3P: 1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; 2. Gerenciamento dos resíduos sólidos; 3. Qualidade de vida no ambiente de trabalho; 4. Sensibilização e capacitação dos servidores; 5. Contratações públicas sustentáveis; 6. Construções sustentáveis.

Já às questões para estudo e consulta às instituições e especialistas foram elaboradas para responder análises SWOT (S → pontos fortes e W → pontos fracos do ambiente interno, O → oportunidades e T → ameaças do ambiente externo) da agenda ambiental na administração pública municipal em cada um dos 6 eixos temáticos da A3P.

Vale lembrar que a análise SWOT é uma metodologia para a realização de análises de cenário, sendo muito utilizada como base para a gestão e planejamento estratégico de instituições e programas.

A seguir são apresentadas as instituições e/ou especialistas selecionados e suas principais contribuições para este levantamento (observação: até o fechamento deste produto, algumas instituições e/ou especialistas ainda não tinham enviado suas respostas, mas estas serão inseridas como anexos nos futuros produtos desta consultoria):



Eixo 1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos Instituições e/ou especialistas	
Nome e site	Descrição
ABNT/CB-038 - Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental www.abnt.org.br/cb-38	Grupo que acompanha e influencia o desenvolvimento das normas ambientais da série ISO.
ANAMMA (Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente) http://www.anamma.org.br/	Associação de órgãos da administração pública municipal e com participação no CONAMA.
André Trigueiro www.mundosustentavel.com.br/	Jornalista, professor e apresentador do programa de televisão "Cidades e Soluções".
Casa da Moeda do Brasil	5º prêmio melhores práticas da A3P: Sistema de Reaproveitamento de Solução de Limpeza das Impressoras Calcográficas - Aquasave.
CNM (Confederação Nacional de Municípios) http://cnm.org.br/	Missão de fortalecer a autonomia dos Municípios, a partir de iniciativas políticas e técnicas que visem à excelência na gestão e à qualidade de vida da população.
Frente Nacional de Prefeitos (FNP) http://www.fnp.org.br/	Missão de zelar pelo princípio constitucional da autonomia municipal, visando garantir a participação plena e imprescindível dos municípios no pacto federativo.
Green Building Council Brasil (GBC Brasil) www.gbcbrazil.org.br/index.php	Missão de transformar a indústria da construção civil e cultura da sociedade em direção à sustentabilidade, utilizando as forças de mercado para construir e operar edificações e comunidades de forma integrada.
ICLEI SAMS http://sams.iclei.org/	Associação mundial de governos locais dedicados ao desenvolvimento sustentável.
INMETRO - Divisão de Articulação Externa e Desenvolvimento de Projetos Especiais (DIAPE) www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_de_social/norma_nacional.asp	INMETRO desenvolveu o Programa Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social de acordo com a NBR 16001.
José Walter Figueiredo	Idealizador e ex-coordenador do Programa Município Verde Azul da SMA-SP.
Portal ODM http://www.portalodm.com.br/	Acompanhar a implementação municipal dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM).
PMV (Programa Municípios Verde) http://municipiosverdes.com.br/	Programa do Governo do Pará, com o objetivo de combater o desmatamento no estado, fortalecer a produção rural sustentável por meio de ações estratégicas de ordenamento ambiental e fundiário e também de gestão.
Prefeitura de Ibirarema - SP	5º prêmio melhores práticas da A3P: programas municipais "Práticas de sustentabilidade na administração", "Ibirarema Lixo Mínimo - Adote essa Ideia!" e "Habitação Sustentável".
Prefeitura de São Bernardo do Campo - SP http://www.saobernardo.sp.gov.br/agenda-municipal-de-sustentabilidade	6º prêmio melhores práticas da A3P: Agenda Municipal de Sustentabilidade.
PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica www.procelinfo.com.br/main.asp?TeamID={0C24456E-2980-4704-B2CB-9B5518636BBE}	Programa de Eficiência Energética no Poder Público.
Programa Município VerdeAzul www.ambiente.sp.gov.br/municipioverdeazul	Programa da Sec. de Meio Ambiente de SP, que atua com o fortalecimento da gestão ambiental municipal nos 645 municípios do estado.



Programa Cidades Sustentáveis www.cidadessustentaveis.org.br/	Programa que trabalha com a elaboração e implementação de um sistema de indicadores de sustentabilidade para cidades.
Secretaria de Meio Ambiente da Bahia www.meioambiente.ba.gov.br/	Órgão público do estado de BA responsável pela política ambiental estadual e potencial articulador com municípios.
Secretaria de Meio Ambiente do Ceará http://www.sema.ce.gov.br/	Órgão público do estado de CE responsável pela política ambiental estadual e potencial articulador com municípios.
Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso www.sema.mt.gov.br/	Órgão público do estado de MT responsável pela política ambiental estadual e potencial articulador com municípios.
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul (SEMA) http://www.sema.rs.gov.br/	Órgão público do estado de RS responsável pela política ambiental estadual e potencial articulador com municípios.
Secretaria da Receita Federal do Brasil	5º prêmio melhores práticas da A3P: e-AssinaRFB - Solução para Assinatura de Documentos Digitais
Superior Tribunal de Justiça - STJ	5º prêmio melhores práticas da A3P: projeto "Consumo consciente - gestão mais racional"
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	5º prêmio melhores práticas da A3P: Gestão, controle e destinação adequada de resíduos sólidos no Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC

Eixo 1. USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICOS | Principais contribuições das instituições e/ou especialistas

A seguir, as informações levantadas estão organizadas de forma a facilitar a análise SWOT deste eixo temático:

Pontos fortes:

- Responsável da A3P ou comissão gestora da A3P no município bem capacitados para exercer este papel;
- Apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal;
- Possibilidade de apresentar dados que comprovem que as práticas sustentáveis geram economia dos recursos públicos no curto, médio e longo prazo (exemplo: segundo dados do PROCEL, os gastos com energia elétrica, normalmente, são a 2ª maior despesa de uma prefeitura);
- Criação de uma comissão gestora pela A3P com responsabilidades internas compartilhadas e autonomia de atuação em todos os órgãos da administração pública municipal;
- Facilidade de articulações presenciais, pela proximidade geográfica;
- Valorização da imagem dos órgãos da administração pública municipal, pelo bom exemplo e boa utilização dos recursos públicos.



Pontos fracos:

- Falta de conhecimento do responsável da A3P ou comissão gestora da A3P no município de como exercer o seu papel;
- Implementação de ações de forma fragmentada, pontual e desconectada de um programa ou sistema de gestão pela sustentabilidade;
- Falta de conhecimento, metodologias e ferramentas para a concepção, análise de alternativas, planejamento e implementação de práticas sustentáveis;
- Falta de empenho e proatividade do responsável ou comissão A3P, e dos demais colaboradores dos órgãos da administração pública municipal (exemplo: dificuldade junto aos colaboradores quanto ao levantamento e controle sobre o uso de recursos naturais e materiais);
- Falta de recursos financeiros;
- Falta de apoio institucional do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal;
- Dificuldade ou demora na realização de levantamento de dados, quando existirem muitos órgãos da administração pública municipal;
- Atraso na implementação da A3P, pois cada setor da administração pública municipal possui seu ritmo para a inserção dos critérios e práticas de sustentabilidade em seu dia a dia;
- Preocupação com a imagem de determinado órgão público da administração municipal, no momento de repassar seu relatório preenchido com dados de impactos negativos.

Oportunidades:

- Ferramenta LEED Dynamic Plaque de monitoramento de consumo em tempo real e compartilhamento de informações sobre o consumo de água, energia, satisfação dos ocupantes, transporte e resíduos;
- Adoção do processo eletrônico substituindo o processo em papel, tendo como exemplos o sistema e-Processo e o e-AssinaRFB, ambos da Receita Federal do Brasil;
- Legislações federais que permitem a inclusão de critérios de sustentabilidade nas atividades públicas: DECRETO Nº 7.746/2012; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010; Portaria MP/SLTI nº 86/2014; Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudanças Climáticas); Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253 de 18 de agosto de 2006 do Ministério do Meio Ambiente; Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Realizar parceria da A3P com programas socioambientais dos governos estaduais que estejam em execução ou em planejamento;
- Materiais em Gestão Energética Municipal do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL): 1. Elaboração de Planos Municipais de Gestão da Energia



Elétrica; 2. Troca de experiências, acesso a informações e apoio técnico em eficiência energética por meio da Rede Cidades Eficientes em Energia Elétrica; 3. Software gratuito SIEM (Sistema de Informações Energéticas Municipais), que funciona como base para a gestão do consumo das várias unidades consumidoras da prefeitura; 4. Guias Técnicos relacionados à eficiência energética;

- ISO 26000 e ABNT NBR 16001 apresentam uma boa sugestão de um sistema de gestão integrada e com diretrizes para a sustentabilidade.
- Existência de articulações regionais e parcerias entre municípios brasileiros para buscar soluções para desafios socioambientais comuns.

Ameaças:

- Falta de apoio técnico contínuo do Ministério do Meio Ambiente e/ou governo estadual para a implementação plena da A3P nos órgãos da administração pública municipal.

Eixo 2. Gerenciamento de resíduos sólidos Instituições e/ou especialistas	
Nome e site	Descrição
Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz	5º prêmio melhores práticas da A3P: Gestão sustentável de resíduos perigosos em instituição de pesquisa em saúde pública
IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal http://www.ibam.org.br/	Possui a missão de promover o desenvolvimento institucional do município fortalecendo sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local.
ICLEI SAMS http://sams.iclei.org/	Associação mundial de governos locais dedicados ao desenvolvimento sustentável.
José Walter Figueiredo	Idealizador e ex-coordenador do Programa Município Verde Azul da SMA-SP.
Observatório da PNRS (Observatório da Política Nacional de Resíduos Sólidos) https://observatoriopnrs.org/	Composto por 26 instituições da sociedade civil, o Observatório tem como objetivo monitorar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10) em todo o país.
Prefeitura de Ibirarema - SP	5º prêmio melhores práticas da A3P: programas municipais "Práticas de sustentabilidade na administração", "Ibirarema Lixo Mínimo - Adote essa Ideia!" e "Habitação Sustentável"
Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco - SC	5º prêmio melhores práticas da A3P: Programa Castellense de Coleta Seletiva de Lixo.
Programa USP Recicla Piracicaba http://www.sga.usp.br/?page_id=998	Responsável pela gestão dos resíduos sólidos do campus ESALQ/USP.
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	5º prêmio melhores práticas da A3P: Gestão, controle e destinação adequada de resíduos sólidos no Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC

Eixo 2. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS | Principais contribuições das instituições e/ou especialistas

A seguir, as informações levantadas estão organizadas de forma a facilitar a análise SWOT deste eixo temático:

Pontos fortes:

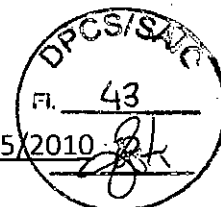
- Responsável da A3P ou comissão gestora da A3P no município bem capacitados para exercer este papel;
- Apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal;
- Possibilidade de apresentar dados que comprovam que a gestão adequada de resíduos gera economia dos recursos públicos no curto, médio e longo prazo;
- Parceria com cooperativas e catadores autônomos de materiais recicláveis;
- Responsabilidade compartilhada com empresas fabricantes ou revendedoras de resíduos perigosos e eletroeletrônicos, e realização de parceria para coleta, descontaminação e reciclagem.

Pontos fracos:

- Falta de corpo técnico capacitado, recursos financeiros e de equipamentos para a gestão dos resíduos;
- Indefinições da responsabilidade pela gestão de resíduos na administração pública;
- Falta de mecanismos para geração de dados precisos sobre o manejo de resíduos sólidos.
- Desinteresse dos órgãos da administração pública municipal pela elaboração e utilização do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Atraso na implementação da A3P, pois cada setor da administração pública municipal possui seu ritmo para a inserção dos critérios e práticas de sustentabilidade em seu dia a dia;
- Preocupação com a imagem de determinado órgão público da administração municipal, no momento de repassar seu relatório preenchido com dados negativos;
- Falta de estruturas para associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Oportunidades:

- Legislações federais que permitem a inclusão de critérios de sustentabilidade nas atividades públicas: DECRETO Nº 7.746/2012; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010; Portaria MP/SLTI nº 86/2014; Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudanças Climáticas); Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria



nº 253 de 18 de agosto de 2006 do Ministério do Meio Ambiente; Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

- Existência de articulações regionais e parcerias entre municípios brasileiros para buscar soluções para desafios socioambientais comuns.
- Implantação de taxa desvinculada do IPTU (podendo ser atrelada à contas de água, por exemplo), para cobrir as despesas do sistema de gestão de resíduos sólidos, conforme previsto nas Leis nº 11.445/2007 e 12.305/2010.

Ameaças:

- Falta de apoio técnico e financeiro dos governos estaduais e federal para a elaboração e implementação de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Falta de programas estruturados a nível estadual para incentivar e cobrar a implantação das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos municípios;
- Indefinição dos acordos setoriais para logística reversa a nível estadual e federal.

Eixo 3. Qualidade de vida no ambiente de trabalho Instituições e/ou especialistas	
Nome e site	Descrição
Green Building Council Brasil (GBC Brasil) www.gbcbrazil.org.br/index.php	Missão de transformar a indústria da construção civil e cultura da sociedade em direção à sustentabilidade, utilizando as forças de mercado para construir e operar edificações e comunidades de forma integrada.
Mário César Ferreira	Professor da UnB e especialista na temática qualidade de vida no trabalho (QVT) em organizações públicas brasileiras.

Eixo 3. QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO | Principais contribuições das instituições e/ou especialistas

A seguir, as informações levantadas estão organizadas de forma a facilitar a análise SWOT deste eixo temático:

Pontos fortes:

- Possibilidade de apresentar dados que comprovam que a melhoria da qualidade de vida no trabalho, possui relação direta na melhoria da produtividade dos colaboradores dos órgãos da administração pública municipal no curto, médio e longo prazo;
- Apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal.

Pontos fracos:

- Falta de conhecimento, metodologias e ferramentas para a concepção, análise de alternativas, planejamento e implementação de práticas para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Falta de apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal;
- Falta de recursos financeiros.

Oportunidades:

- Pesquisa do GBC Brasil, em parceria com o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo), com objetivo de analisar, através de métricas perceptivas e físicas, como o ambiente sustentável nos escritórios brasileiros influencia a saúde e o bem-estar dos colaboradores;
- Ferramenta de certificação WELL Building Standard, administrada pelo IWBI (International WELL Building Instituté) é um sistema para mensurar, monitorar e certificar o espaço construído e avaliar o seu impacto para a saúde humana e o bem-estar através da análise dos fatores ar, água, nutrição, iluminação, atividades físicas, conforto térmico e mente.

Ameaças:

- Falta de apoio técnico do Ministério do Meio Ambiente e/ou governo estadual para a implementação plena da A3P nos órgãos da administração pública municipal.

Eixo 4. Sensibilização e capacitação dos servidores Instituições e/ou especialistas	
Nome e site	Descrição
Green Building Council Brasil (GBC Brasil) www.gbcbrazil.org.br/index.php	Missão de transformar a indústria da construção civil e cultura da sociedade em direção à sustentabilidade, utilizando as forças de mercado para construir e operar edificações e comunidades de forma integrada.
IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal http://www.ibam.org.br/	Possui a missão de promover o desenvolvimento institucional do município fortalecendo sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local.
José Walter Figueiredo	Idealizador e ex-coordenador do Programa Município Verde Azul da SMA-SP.
Marcos Sorrentino	Professor da ESALQ/USP, na área de educação ambiental e sustentabilidade, e ex-diretor da DEA/MMA.
Programa Município VerdeAzul www.ambiente.sp.gov.br/municipioverdeazul	Programa da Sec. de Meio Ambiente de SP, que atua com o fortalecimento da gestão ambiental municipal nos 645 municípios do estado.
Secretaria de Meio Ambiente da Bahia www.meioambiente.ba.gov.br/	Órgão público do estado de BA responsável pela política ambiental estadual e potencial articulador com municípios.
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	5º prêmio melhores práticas da A3P: Gestão, controle e destinação adequada de resíduos sólidos no Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC

Eixo 4. SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES | Principais contribuições das instituições e/ou especialistas

A seguir, as informações levantadas estão organizadas de forma a facilitar a análise SWOT deste eixo temático:

Pontos fortes:

- Como uma das primeiras ações da A3P no município, realizar boa capacitação do responsável pela A3P ou de todos os integrantes da comissão gestora da A3P;
- Utilização de videoconferência como canal de exposição dos temas ambientais;
- Órgãos estão em um mesmo município, o que facilita a locomoção para atividades presenciais;
- Realização de capacitações que estimulem processos de gestão participativos e compartilhados entre todos os órgãos da administração pública municipal, de forma a tornar as práticas e o uso dos recursos públicos mais eficientes;
- Realização de parcerias com instituições e especialistas para a realização de sensibilizações e capacitações;
- Realização de processos de sensibilização e capacitação durante todo o ano e com diversos formatos, metodologias e meios de comunicação;
- Participação e promoção do prefeito e demais gestores da administração pública municipal em algumas atividades de sensibilização e capacitação.

Pontos fracos:

- Percepção de que a implementação da A3P é mais uma obrigação ou “gincana socioambiental” e então, deve-se fazer somente o mínimo necessário para “pontuar” ou preencher a ficha de avaliação da A3P;
- Realização de sensibilizações e capacitações pontuais e esporádicas;
- Falta de recursos financeiros;
- Dificuldade de participação simultânea de todos os colaboradores em atividades de sensibilização e capacitação;
- Falta de equipe capacitada para a realização de bons processos de sensibilização e capacitação.

Oportunidades:

- Avanço tecnológico dos meios de comunicação;
- Valorização dos profissionais que possuem qualificação para construção de edifícios verdes e atuação em outras áreas vinculadas à sustentabilidade;

- GBC Brasil oferece 12 tipos de treinamentos, que incluem temas como energias renováveis; materiais e recursos; e paisagismo sustentável;
- Treinamentos em Gestão Energética Municipal do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL): 1. Treinamentos em Conceitos de Eficiência Energética aplicados aos setores de consumo da Prefeitura; 2. Formação de Agentes Municipais de Eficiência Energética; 3. Elaboração de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica; 4. Troca de experiências, acesso a informações e apoio técnico em eficiência energética por meio da Rede Cidades Eficientes em Energia Elétrica; 5. Guias Técnicos relacionados à eficiência energética.
- Existência de capacitações para gestores e técnicos municipais realizadas pelas Secretarias estaduais de meio ambiente (Exemplos: PMVA em SP e Programa FORMAR em BA).

Ameaças:

- Falta de apoio técnico contínuo do Ministério do Meio Ambiente e/ou governo estadual para a realização sensibilização e capacitação nos órgãos da administração pública municipal.

Eixo 5. Contratações públicas sustentáveis Instituições e/ou especialistas	
Nome e site	Descrição
Catálogo Socioambiental de materiais http://www.bec.sp.gov.br/BEC_Catalogo_ui/CatalogoPesquisaMateriais.aspx?chave=	Catálogo da Bolsa Eletrônica de Compras/SP da Secretaria Estadual da Fazenda, que apresenta lista de produtos mais sustentáveis e os critérios utilizados para seleção.
Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces)/FGV http://www.gvces.com.br/	Trabalha no desenvolvimento de estratégias, políticas e ferramentas de gestão públicas e empresariais para a sustentabilidade, no âmbito local, nacional e internacional.
Cerflor: Certificação Florestal http://www.inmetro.gov.br/qualidade/cerflor.asp	Cerflor - Programa Brasileiro de Certificação Florestal. O Cerflor surgiu para atender uma demanda do setor produtivo florestal do país.
Comprasnet (Portal de Compras do Governo Federal) http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Catmat/Conitemmat1.asp	Sistema de catalogação de material (CATMAT), que disponibiliza uma lista de materiais sustentáveis para licitações públicas.
Conselho Superior da Justiça do Trabalho http://www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023	"Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho" com indicação de critérios de sustentabilidade em conformidade com normas e legislações.
Consultoria-Geral da União (CGU) da Advocacia-Geral da União (AGU) http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/138067	"Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP" que tem por objetivo agrupar, num único documento de fácil acesso, as informações legais mais relevantes, do ponto de vista ambiental, sobre objetos que fazem parte do dia-a-dia das licitações e contratações de qualquer órgão público.



Energy Star https://www.energystar.gov/	Programa da agência norte americana de proteção ambiental (EPA) que apresenta diversas alternativas para busca pela eficiência energética de produtos e construções.
FSC Brasil (Conselho Brasileiro de Manejo Florestal) https://br.fsc.org	Missão de difundir e facilitar o bom manejo das florestas brasileiras conforme Princípios e Critérios que conciliam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econômica.
Green Public Procurement (GPP) http://ec.europa.eu/environment/gpp/index_en.htm	Programa da União Européia para estimular as compras públicas sustentáveis.
ICLEI SAMS http://sams.iclei.org/	Associação mundial de governos locais dedicados ao desenvolvimento sustentável.
José Walter Figueiredo	Idealizador e ex-coordenador do Programa Município Verde Azul da SMA-SP.
INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp	Disponibiliza uma tabela de consumo/eficiência energética de diversos produtos.
Legislações federais - compras sustentáveis	Destaque para: DECRETO Nº 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010; Portaria MP/SLTI nº 86, de 24 de setembro de 2014.
Legislações federais - origem florestal http://www.ibama.gov.br/servicosonline/index.php/licencas/documento-de-origem-florestal-dof	Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253 de 18 de agosto de 2006 do Ministério do Meio Ambiente, representa a licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa.
Ministério do Planejamento - Contratações Públicas Sustentáveis http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/	Listagem com "Editais e Termos de Referência Sustentáveis": http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/licitacoes-sustentaveis
Programa ABNT de Rotulagem Ambiental www.abntonline.com.br/sustentabilidade/Rotulo	Certificação voluntária de produtos e serviços, desenvolvido de acordo com as normas ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024.
Programa Município VerdeAzul www.ambiente.sp.gov.br/municípioverdeazul	Programa da Sec. de Meio Ambiente de SP, que atua com o fortalecimento da gestão ambiental municipal nos 645 municípios do estado.
Restriction of Hazardous Substances (RoHS) http://www.rohsguide.com/	Com origem na União Européia (Diretiva 2002 /95 /EC), é um acordo que restringe o uso de materiais perigosos em produtos elétricos e eletrônicos, desde 2006.
Selo/Certificado TCO http://tcodevelopment.com/	Certificação internacional para produtos eletrônicos (http://tcodevelopment.com/tco-certified/tco-certified-product-categories/), embasada pela ISO 14024.
Selo Madeira Legal - Cadmadeira http://www.ambiente.sp.gov.br/madeiralegal/cadmadeira/selo-madeira-legal/	O Selo Madeira Legal é concedido pela Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo para as pessoas jurídicas com sede ou filial do estado paulista, que comercializam produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira de forma responsável.

Eixo 5. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS | Principais contribuições das instituições e/ou especialistas

A seguir, as informações levantadas estão organizadas de forma a facilitar a análise SWOT deste eixo temático:

Pontos fortes:

- Apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal;
- Estabelecer critérios de sustentabilidade com os envolvidos nas compras públicas;
- Possibilidade de apresentar dados que comprovam que a aquisição de serviços e produtos sustentáveis gera economia dos recursos públicos no curto, médio e longo prazo;
- Valorização da imagem dos órgãos da administração pública municipal, pelo bom exemplo e boa utilização dos recursos públicos.

Pontos fracos:

- Falta de informação e capacitação dos envolvidos na implementação das licitações sustentáveis;
- Falta de empenho e proatividade do responsável ou comissão A3P, e dos demais colaboradores dos órgãos da administração pública municipal;
- Falta de apoio institucional do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal;
- Falta de recursos financeiros para escolha de serviços e materiais sustentáveis.

Oportunidades:

- Legislações federais que permitem a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações públicas: DECRETO Nº 7.746/2012; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010; Portaria MP/SLTI nº 86/2014; Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudanças Climáticas); Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253 de 18 de agosto de 2006 do Ministério do Meio Ambiente; Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Catálogo Socioambiental de compra de materiais da Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo;
- Sistema de catalogação de material (CATMAT) do Portal de Compras do Governo Federal, com lista de materiais sustentáveis;
- Listagem com "Editais e Termos de Referência Sustentáveis" do Ministério do Planejamento;
- "Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho" com indicação de critérios de sustentabilidade em conformidade com normas e legislações;
- "Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP", com objetivo agrupar informações legais, do ponto de vista ambiental, sobre objetos que fazem parte do dia-a-dia das licitações e contratações de qualquer órgão público;



- Energy Star: Programa da agência norte americana de proteção ambiental (EPA) que apresenta diversas alternativas para busca pela eficiência energética de produtos e construções;
- Life-cycle costing (custos do ciclo de vida de produtos e serviços), um dos destaques do programa da União Européia para estimular as compras públicas sustentáveis;
- Tabela de consumo/eficiência energética de diversos produtos do INMETRO;
- Programa ABNT de Rotulagem Ambiental: Certificação voluntária de produtos e serviços, que já possui mais de 750 itens certificados e estão listados em seu site;
- Certificações florestais CERFLOR e FSC;
- Selo/Certificado TCO: Certificação internacional para produtos eletrônicos embasada pela ISO 14024.
- Selo Madeira Legal é concedido pela Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo, para instituições que comercializam produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira de forma responsável;
- Restriction of Hazardous Substances (RoHS): acordo da União Européia que restringe o uso de materiais perigosos em produtos elétricos e eletrônicos, desde 2006.

Ameaças:

- Histórico de corrupção e favorecimento a determinados grupos nas licitações públicas municipais por todo Brasil;
- Falta de apoio técnico contínuo do Ministério do Meio Ambiente e/ou governo estadual para a implementação plena da A3P nos órgãos da administração pública municipal;
- Inexistência ou poucas alternativas de fornecedores e produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade em determinadas regiões do Brasil;
- Pouca oferta de serviços e produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade, refletindo em um custo financeiro muito elevado.

Eixo 6: Construções sustentáveis Instituições e/ou especialistas	
Nome e site	Descrição
Cerflor: Certificação Florestal http://www.inmetro.gov.br/qualidade/cerflor.asp	Cerflor - Programa Brasileiro de Certificação Florestal. O Cerflor surgiu para atender uma demanda do setor produtivo florestal do país.
Certificação AQUA-HQE http://vanzolini.org.br/aqua/certificacao-aqua-hqe/	Certificação internacional da construção sustentável desenvolvido a partir da certificação francesa Démarche HQE e aplicado no Brasil exclusivamente pela Fundação Vanzolini.
Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS) http://www.cbcs.org.br/website/	Promover a melhoria da qualidade de vida da população brasileira e a preservação de seu patrimônio natural, pelo desenvolvimento e implementação de conceitos e práticas mais sustentáveis e que contemplem as dimensões social, econômica e ambiental da cadeia produtiva da indústria da construção civil.
Energy Star https://www.energystar.gov/	Programa da agência norte americana de proteção ambiental (EPA) que apresenta diversas alternativas para busca pela eficiência energética de produtos e construções.
FSC Brasil (Conselho Brasileiro de Manejo Florestal) https://br.fsc.org	Missão de difundir e facilitar o bom manejo das florestas brasileiras conforme Princípios e Critérios que conciliam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econômica.
Green Building Council Brasil (GBC Brasil) www.gbcbrazil.org.br/index.php	Missão de transformar a indústria da construção civil e cultura da sociedade em direção à sustentabilidade, utilizando as forças de mercado para construir e operar edificações e comunidades de forma integrada.
Legislações federais - origem florestal http://www.ibama.gov.br/servicosonline/index.php/licencas/documento-de-origem-florestal-dof	Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253 de 18 de agosto de 2006 do Ministério do Meio Ambiente, representa a licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa.
Prefeitura de São Bernardo do Campo - SP http://www.saobernardo.sp.gov.br/agenda-municipal-de-sustentabilidade	Manual de obras públicas: http://www.saobernardo.sp.gov.br/documents/10181/20856/manual_obras_sustentaveis.pdf/9cca6f27-cc84-4245-9f64-73351274d827
Programa ABNT de Rotulagem Ambiental www.abntonline.com.br/sustentabilidade/Rotulo	Certificação voluntária de produtos e serviços, desenvolvido de acordo com as normas ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024.
Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) http://pbqp-h.cidades.gov.br/pbqp_apresentacao.php	1. Sistema de avaliação da conformidade de serviços e obras (SiAC), com uma relação de empresas participantes (http://pbqp-h.cidades.gov.br/projetos_siach_empresas.php); 2. Programas setoriais da qualidade (http://pbqp-h.cidades.gov.br/projetos_simac_psqqs.php); 3. Sistema nacional de avaliações técnicas (http://pbqp-h.cidades.gov.br/projetos_sinat.php).
Programa Município VerdeAzul www.ambiente.sp.gov.br/municpioverdeazul	Programa da Sec. de Meio Ambiente de SP, que atua com o fortalecimento da gestão ambiental municipal nos 645 municípios do estado.
Selo Casa Azul http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/produtos-servicos/selo-casa-azul/Paginas/default.aspx	A principal missão do selo é reconhecer projetos que adotam soluções eficientes na construção, uso, ocupação e manutenção dos edifícios. São 53 critérios de avaliação, divididos em 6 categorias: Qualidade Urbana; Projeto e Conforto; Eficiência Energética; Conservação de Recursos Materiais; Gestão da Água; Práticas Sociais.

<p>Selo Madeira Legal - Cadmadeira http://www.ambiente.sp.gov.br/madeiralegal/cadmadeira/selo-madeira-legal/</p>	<p>O Selo Madeira Legal é concedido pela Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo para as pessoas jurídicas com sede ou filial do estado paulista, que comercializam produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira de forma responsável.</p>
--	---

Eixo 6. CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS | Principais contribuições das instituições e/ou especialistas

A seguir, as informações levantadas estão organizadas de forma a facilitar a análise SWOT deste eixo temático:

Pontos fortes:

- Estabelecer critérios de sustentabilidade com todos os envolvidos, desde a concepção do projeto de edificação e escolha de terreno;
- Apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal;
- Possibilidade de apresentar dados que comprovam que as construções sustentáveis geram economia dos recursos públicos no curto, médio e longo prazo;
- Valorização da imagem dos órgãos da administração pública municipal, pelo bom exemplo e boa utilização dos recursos públicos.

Pontos fracos:

- Falta de informação e capacitação dos envolvidos na concepção, construção e operação de edificações;
- Falta de empenho e proatividade do responsável ou comissão A3P, e dos demais colaboradores dos órgãos da administração pública municipal;
- Falta de apoio institucional do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal;
- Falta de recursos financeiros para escolha de serviços e materiais sustentáveis.

Oportunidades:

- GBC Brasil possui uma frente de trabalho "Relacionamento e Fomento", que oferece auxílio aos órgãos públicos municipais fornecendo informações técnicas sobre a Certificação Internacional LEED e as práticas de Green Building;
- Políticas públicas de incentivo para construções sustentáveis como IPTU Verde (exemplo: projeto de lei 568/2015 do município de São Paulo) e descontos financeiros para novas edificações ou reformas que atendam a quota ambiental ou

possuam certificação específica de sustentabilidade (exemplo: Lei 16.402/2016 do município de São Paulo);

- Legislações federais que permitem a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações públicas: DECRETO Nº 7.746/2012; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010; Portaria MP/SLTI nº 86/2014; Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudanças Climáticas); Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253 de 18 de agosto de 2006 do Ministério do Meio Ambiente; Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Manual de obras públicas da Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP);
- Energy Star: Programa da agência norte americana de proteção ambiental (EPA) que apresenta diversas alternativas para busca pela eficiência energética de produtos e construções;
- Life-cycle costing (custos do ciclo de vida de produtos e serviços), um dos destaques do programa da União Européia para estimular as compras públicas sustentáveis;
- Programa ABNT de Rotulagem Ambiental: Certificação voluntária de produtos e serviços, que já possui mais de 750 itens certificados e estão listados em seu site;
- Certificações florestais CERFLOR e FSC;
- Certificações e critérios de sustentabilidade para construções AQUA-HQE, LEED, Selo Casa Azul da CAIXA;
- Selo Madeira Legal é concedido pela Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo, para instituições que comercializam produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira de forma responsável;

Ameaças:

- Falta de apoio técnico contínuo do Ministério do Meio Ambiente e/ou governo estadual para a implementação plena da A3P nos órgãos da administração pública municipal;
- Inexistência ou poucas alternativas de fornecedores e produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade em determinadas regiões do Brasil;
- Pouca oferta de serviços e produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade, refletindo em um custo financeiro muito elevado.



3. ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS COM O CONTEÚDO CRUZAMENTO DE DADOS RELATIVOS AOS LEVANTAMENTOS EFETUADOS

Para analisar os dados obtidos no estudo e na consulta às instituições e especialistas e obter conclusões, utilizou-se a matriz da análise SWOT, onde são cruzadas as seguintes informações de cada um dos 6 eixos temáticos da A3P:

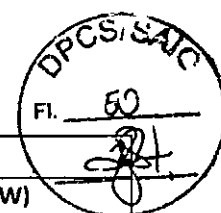
- **Pontos fortes com as oportunidades (S+O)** para identificar estratégias que aproveitem ao máximo os pontos fortes e as oportunidades detectadas;
- **Pontos fortes com as ameaças (S+T)** para identificar estratégias que aproveitem ao máximo os pontos fortes e minimizem os efeitos das ameaças detectadas;
- **Pontos fracos com as oportunidades (W+O)** para identificar estratégias que minimizem os efeitos negativos dos pontos fracos e simultaneamente aproveitem as oportunidades detectadas;
- **Pontos fracos com as ameaças (W+T)** para identificar estratégias que minimizem os efeitos negativos dos pontos fracos e das ameaças detectadas.

Eixo 1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos | Matriz análise SWOT

<p align="center">fatores internos</p>	<p align="center">Pontos fortes (S)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Responsável da A3P ou comissão gestora da A3P no município bem capacitados para exercer este papel; • Apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal; • Possibilidade de apresentar dados que comprovem que as práticas sustentáveis geram economia dos recursos públicos no curto, médio e longo prazo (exemplo: segundo dados do PROCEL, os gastos com energia elétrica, normalmente, são a 2ª maior despesa de uma prefeitura); • Criação de uma comissão gestora pela A3P com responsabilidades internas compartilhadas e autonomia de atuação em todos os órgãos da administração pública municipal; • Facilidade de articulações presenciais, pela proximidade geográfica; • Valorização da imagem dos órgãos da administração pública municipal, pelo bom exemplo e boa utilização dos recursos públicos. 	<p align="center">Pontos fracos (W)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de conhecimento do responsável da A3P ou comissão gestora da A3P no município de como exercer o seu papel; • Implementação de ações de forma fragmentada, pontual e desconectada de um programa ou sistema de gestão pela sustentabilidade; • Falta de conhecimento, metodologias e ferramentas para a concepção, análise de alternativas, planejamento e implementação de práticas sustentáveis; • Falta de empenho e proatividade do responsável ou comissão A3P, e dos demais colaboradores dos órgãos da administração pública municipal; • Falta de recursos financeiros; • Falta de apoio institucional do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal; • Dificuldade ou demora na realização de levantamento de dados, quando existirem muitos órgãos da administração pública municipal; • Atraso na implementação da A3P, pois cada setor da administração pública municipal possui seu ritmo para a inserção dos critérios e práticas de sustentabilidade em seu dia a dia; • Preocupação com a imagem de determinado órgão público da administração municipal, no momento de repassar seu relatório preenchido com dados negativos.
<p align="center">Oportunidades (O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ferramenta LEED Dynamic Plaque; • Adoção do processo eletrônico substituindo o processo em papel, tendo como exemplos o sistema e-Processo e o e-AssinaRFB; • Legislações federais que permitem a inclusão de critérios de sustentabilidade nas atividades públicas; • Realizar parceria da A3P com programas socioambientais dos governos estaduais que estejam em execução ou em planejamento; • Materiais em Gestão Energética Municipal do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL); • ISO 26000 e ABNT NBR 16001 apresentam uma boa sugestão de um sistema de gestão integrada e com diretrizes para a sustentabilidade. • Existência de articulações regionais e parcerias entre municípios brasileiros. 	<p align="center">Estratégias (S+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em soluções sustentáveis para desafios comuns. 	<p align="center">Estratégias (W+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de parcerias para troca de experiências e apoio na gestão das práticas sustentáveis dos órgãos da administração pública municipal.
<p align="center">Ameaças (T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de apoio técnico contínuo do Ministério do Meio Ambiente e/ou governo estadual para a implementação plena da A3P nos órgãos da administração pública municipal. 	<p align="center">Estratégias (S+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; • Identificação de parceiros externos que possam fortalecer e valorizar as práticas de sustentabilidade dos órgãos da administração pública municipal. 	<p align="center">Estratégias (W+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de materiais informativos com justificativas financeiras, passo a passo de implementação, exemplos de boas práticas e lista de parceiros para obter bom desempenho em cada indicador da A3P; • Criação de portal virtual A3P, contendo todos os materiais da A3P, planilha de preenchimento dos indicadores de desempenho por município e espaço para troca de experiências entre órgãos da administração pública municipal.

Eixo 2. Gerenciamento de resíduos sólidos Matriz análise SWOT		
fatores internos	Pontos fortes (S)	Pontos fracos (W)
fatores externos	Pontos fortes (S)	Pontos fracos (W)
Oportunidades (O)	Estratégias (S+O)	Estratégias (W+O)
Ameaças (T)	Estratégias (S+T)	Estratégias (W+T)

Eixo 3. Qualidade de vida no ambiente de trabalho Matriz análise SWOT		
<p>fatores internos</p>	<p>Pontos fortes (S)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de apresentar dados que comprovam que a melhoria da qualidade de vida no trabalho, possui relação direta na melhoria da produtividade dos colaboradores dos órgãos da administração pública municipal no curto, médio e longo prazo; • Apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal. 	<p>Pontos fracos (W)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de conhecimento, metodologias e ferramentas para a concepção, análise de alternativas, planejamento e implementação de práticas para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; • Falta de apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal; • Falta de recursos financeiros.
<p>fatores externos</p>	<p>Oportunidades (O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa do GBC Brasil, em parceria com o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo), com objetivo de analisar, através de métricas perceptivas e físicas, como o ambiente sustentável nos escritórios brasileiros influencia a saúde e o bem-estar dos colaboradores; • Ferramenta de certificação WELL Building Standard, administrada pelo IWBI (International WELL Building Institute) é um sistema para mensurar, monitorar e certificar o espaço construído e avaliar o seu impacto para a saúde humana e o bem-estar através da análise dos fatores ar, água, nutrição, iluminação, atividades físicas, conforto térmico e mente. 	<p>Estratégias (S+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em soluções sustentáveis para desafios comuns.
<p>Ameaças (T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de apoio técnico contínuo do Ministério do Meio Ambiente e/ou governo estadual para a implementação plena da A3P nos órgãos da administração pública municipal. 	<p>Estratégias (S+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; • Identificação de parceiros externos que possam fortalecer e valorizar as práticas de melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho dos órgãos da administração pública municipal. 	<p>Estratégias (W+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de parcerias para troca de experiências e apoio na gestão das práticas de melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho dos órgãos da administração pública municipal.
	<p>Estratégias (W+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de campanha para prefeitos sobre os benefícios financeiros e sociais de realizar ações de melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; • Elaboração de materiais informativos com justificativas financeiras, passo a passo de implementação, exemplos de boas práticas e lista de parceiros para obter bom desempenho em cada indicador da A3P; • Criação de portal virtual A3P, contendo todos os materiais da A3P, planilha de preenchimento dos indicadores de desempenho por município e espaço para troca de experiências entre órgãos da administração pública municipal. 	



Eixo 4. Sensibilização e capacitação dos servidores | Matriz análise SWOT

<p align="center">fatores internos</p>	<p align="center">Pontos fortes (S)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como uma das primeiras ações da A3P no município, realizar boa capacitação do responsável pela A3P ou de todos os integrantes da comissão gestora da A3P; • Utilização de videoconferência como canal de exposição dos temas ambientais; • Órgãos estão em um mesmo município, o que facilita a locomoção para atividades presenciais; • Realização de capacitações que estimulem processos de gestão participativos e compartilhados entre todos os órgãos da administração pública municipal, de forma a tornar as práticas e o uso dos recursos públicos mais eficientes; • Realização de parcerias com instituições e especialistas para a realização de sensibilizações e capacitações; • Realização de processos de sensibilização e capacitação durante todo o ano e com diversos formatos, metodologias e meios de comunicação; • Participação e promoção do prefeito e demais gestores da administração pública municipal em algumas atividades de sensibilização e capacitação. 	<p align="center">Pontos fracos (W)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Percepção de que a implementação da A3P é mais uma obrigação ou "gincana socioambiental" e então, deve-se fazer somente o mínimo necessário para "pontuar" ou preencher a ficha de avaliação da A3P; • Realização de sensibilizações e capacitações pontuais e esporádicas; • Falta de recursos financeiros; • Dificuldade de participação simultânea de todos os colaboradores em atividades de sensibilização e capacitação; • Falta de equipe capacitada para a realização de bons processos de sensibilização e capacitação.
<p align="center">fatores externos</p>	<p align="center">Oportunidades (O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avanço tecnológico dos meios de comunicação; • Valorização dos profissionais que possuem qualificação para construção de edifícios verdes e atuação em outras áreas vinculadas à sustentabilidade; • GBC Brasil oferece 12 tipos de treinamentos, que incluem temas como energias renováveis; materiais e recursos; e paisagismo sustentável; • Treinamentos em Gestão Energética Municipal do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). • Existência de capacitações para gestores e técnicos municipais realizadas pelas Secretarias estaduais de meio ambiente (Exemplos: PMVA em SP e Programa FORMAR em BA). 	<p align="center">Estratégias (S+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em processos de sensibilização e capacitação em comum.
<p align="center">Oportunidades (O)</p>	<p align="center">Estratégias (W+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de parcerias para troca de experiências e apoio na gestão da sensibilização e capacitação dos órgãos da administração pública municipal. 	<p align="center">Ameaças (T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de apoio técnico contínuo do Ministério do Meio Ambiente e/ou governo estadual para a realização de sensibilização e capacitação nos órgãos da administração pública municipal.
<p align="center">Ameaças (T)</p>	<p align="center">Estratégias (S+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; • Identificação de formas de fortalecimento das parcerias vigentes; • Identificação de novos parceiros externos que possam solucionar possíveis dificuldades na sensibilização e capacitação dos órgãos da administração pública municipal. 	<p align="center">Estratégias (W+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de materiais informativos com justificativas dos benefícios financeiros, sociais e ambientais, metodologias de capacitação, exemplos de boas práticas e lista de parceiros; • Criação de portal virtual A3P, contendo todos os materiais da A3P, planilha de preenchimento dos indicadores de desempenho por município e espaço para troca de experiências entre órgãos da administração pública municipal.

Eixo 5. Contratações públicas sustentáveis | Matriz análise SWOT

<p align="center">fatores internos</p>	<p align="center">Pontos fortes (S)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal; • Estabelecer critérios de sustentabilidade com os envolvidos nas compras públicas; • Possibilidade de apresentar dados que comprovam que a aquisição de serviços e produtos sustentáveis gera economia dos recursos públicos no curto, médio e longo prazo; • Valorização da imagem dos órgãos da administração pública municipal, pelo bom exemplo e boa utilização dos recursos públicos. 	<p align="center">Pontos fracos (W)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de informação e capacitação dos envolvidos na implementação das licitações sustentáveis; • Falta de empenho e proatividade do responsável ou comissão A3P, e dos demais colaboradores dos órgãos da administração pública municipal; • Falta de apoio institucional do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal; • Falta de recursos financeiros para escolha de serviços e materiais sustentáveis.
<p align="center">Oportunidades (O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Legislações federais que permitem a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações públicas; • Catálogo Socioambiental de compra de materiais da Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo; • Sistema de catalogação de material (CATMAT); • Listagem com "Editais e Termos de Referência Sustentáveis"; • "Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho"; • "Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP"; • Energy Star; • Life-cycle costing; • Tabela de consumo/eficiência energética do INMETRO; • Programa ABNT de Rotulagem Ambiental; • Certificações florestais CERFLOR e FSC; • Selo/Certificado TCO; • Selo Madeira Legal; • Restriction of Hazardous Substances 	<p align="center">Estratégias (S+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em soluções sustentáveis para desafios comuns. 	<p align="center">Estratégias (W+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de parcerias para troca de experiências e apoio na gestão de licitações sustentáveis dos órgãos da administração pública municipal.
<p align="center">Ameaças (T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Histórico de corrupção e favorecimento a determinados grupos nas licitações públicas municipais por todo Brasil; • Falta de apoio técnico contínuo do Ministério do Meio Ambiente e/ou governo estadual para a implementação plena da A3P nos órgãos da administração pública municipal; • Inexistência ou poucas alternativas de fornecedores e produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade em determinadas regiões do Brasil; • Pouca oferta de serviços e produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade, refletindo em um custo financeiro muito elevado. 	<p align="center">Estratégias (S+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; • Fortalecimento e ampliação da divulgação das licitações sustentáveis municipais; • Em caso de produtos ou serviços com pouca concorrência local, permitir a participação no processo licitatório de instituições de outros municípios e regiões, de forma não presencial. 	<p align="center">Estratégias (W+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da transparência nas licitações públicas municipais; • Diagnóstico sobre as dificuldades dos setores produtivos e de serviços sustentáveis; • Elaboração de materiais informativos com justificativas financeiras, indicação de listas de produtos e serviços e passo a passo de implementação da licitação sustentável; • Criação de portal virtual A3P, contendo todos os materiais da A3P, planilha de preenchimento dos indicadores de desempenho por município e espaço para troca de experiências entre órgãos da administração pública municipal.

Eixo 6. Construções sustentáveis Matriz análise SWOT		
<p style="text-align: center;">fatores internos</p>	<p style="text-align: center;">Pontos fortes (S)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer critérios de sustentabilidade com todos os envolvidos, desde a concepção do projeto de edificação e escolha de terreno; • Apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal; • Possibilidade de apresentar dados que comprovam que as construções sustentáveis geram economia dos recursos públicos no curto, médio e longo prazo; • Valorização da imagem dos órgãos da administração pública municipal, pelo bom exemplo e boa utilização dos recursos públicos. 	<p style="text-align: center;">Pontos fracos (W)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de informação e capacitação dos envolvidos na concepção, construção e operação de edificações; • Falta de empenho e proatividade do responsável ou comissão A3P, e dos demais colaboradores dos órgãos da administração pública municipal; • Falta de apoio institucional do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal; • Falta de recursos financeiros para escolha de serviços e materiais sustentáveis.
<p style="text-align: center;">fatores externos</p>	<p style="text-align: center;">Estratégias (S+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em soluções sustentáveis para desafios comuns. 	<p style="text-align: center;">Estratégias (W+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de parcerias para troca de experiências e apoio em construções sustentáveis dos órgãos da administração pública municipal.
<p style="text-align: center;">Oportunidades (O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • GBC Brasil e a Certificação LEED e as práticas de Green Building; • Políticas públicas de incentivo para construções sustentáveis; • Legislações federais que permitem a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações públicas; • Energy Star; • Programa ABNT de Rotulagem Ambiental; • Certificações florestais CERFLOR e FSC; • Certificações para construções AQUA-HQE, LEED, Selo Casa Azul da CAIXA; • Selo Madeira Legal. 	<p style="text-align: center;">Estratégias (S+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; • Fortalecimento e ampliação da divulgação das licitações sustentáveis municipais; • Em caso de produtos ou serviços com pouca concorrência local, permitir a participação no processo licitatório de instituições de outros municípios e regiões, de forma não presencial. 	<p style="text-align: center;">Estratégias (W+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico sobre as dificuldades do setor de construções sustentáveis; • Elaboração de materiais informativos com justificativas financeiras, indicação de listas de produtos e serviços e passo a passo de implementação das construções sustentáveis; • Criação de portal virtual A3P, contendo todos os materiais da A3P, planilha de preenchimento dos indicadores de desempenho por município e espaço para troca de experiências entre órgãos da administração pública municipal.
<p style="text-align: center;">Ameaças (T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de apoio técnico contínuo do Ministério do Meio Ambiente e/ou governo estadual para a implementação plena da A3P nos órgãos da administração pública municipal; • Inexistência ou poucas alternativas de fornecedores e produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade em determinadas regiões do Brasil; • Pouca oferta de serviços e produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade, refletindo em um custo financeiro muito elevado. 	<p style="text-align: center;">Estratégias (S+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em soluções sustentáveis para desafios comuns. 	<p style="text-align: center;">Estratégias (W+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de parcerias para troca de experiências e apoio em construções sustentáveis dos órgãos da administração pública municipal.

Desta forma, após a realização do cruzamento das informações em matrizes de análise SWOT foram obtidas as seguintes conclusões, que serão utilizadas como base para os futuros produtos desta consultoria:

Eixo 1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

- **Estratégia (S+O):** Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em soluções sustentáveis para desafios comuns.
- **Estratégia (W+O):** Formalização de parcerias para troca de experiências e apoio na gestão das práticas sustentáveis dos órgãos da administração pública municipal.

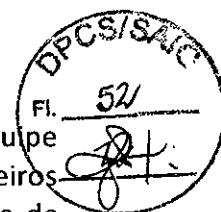
- Estratégias (S+T): Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; e identificação de parceiros externos que possam fortalecer e valorizar as práticas de sustentabilidade dos órgãos da administração pública municipal.
- Estratégias (W+T): Elaboração de materiais informativos com justificativas financeiras, passo a passo de implementação, exemplos de boas práticas e lista de parceiros para obter bom desempenho em cada indicador da A3P; e criação de portal virtual A3P, contendo todos os materiais da A3P, planilha de preenchimento dos indicadores de desempenho por município e espaço para troca de experiências entre órgãos da administração pública municipal.

Eixo 2. Gerenciamento de resíduos sólidos

- Estratégia (S+O): Formalização de redes de cooperação de municípios, com o objetivo de dialogar e exigir a responsabilidade compartilhada de fabricantes e revendedores sobre os resíduos sólidos originados de seus produtos.
- Estratégias (W+O): Formalização de parceria com cooperativas e catadores autônomos para a gestão de resíduos recicláveis; formalização de parcerias com empresas e revendedores pela gestão de resíduos perigosos e eletroeletrônicos; e analisar a necessidade de implantação de uma taxa para a gestão dos resíduos sólidos.
- Estratégias (S+T): Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; identificação de formas de fortalecimento das parcerias vigentes; e identificação de novos parceiros externos que possam solucionar possíveis dificuldades da gestão de resíduos sólidos dos órgãos da administração pública municipal.
- Estratégias (W+T): Elaboração de campanha para prefeitos sobre os benefícios financeiros, sociais e ambientais da elaboração e implementação dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; elaboração e divulgação de lista de fabricantes e revendedores parceiros para logística reversa e descontaminação de resíduos perigosos e eletroeletrônicos de municípios; elaboração de materiais informativos com justificativas financeiras, passo a passo de implementação, exemplos de boas práticas e lista de parceiros para obter bom desempenho em cada indicador da A3P; e criação de portal virtual A3P, contendo todos os materiais da A3P, planilha de preenchimento dos indicadores de desempenho por município e espaço para troca de experiências entre órgãos da administração pública municipal.

Eixo 3. Qualidade de vida no ambiente de trabalho

- Estratégia (S+O): Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em soluções sustentáveis para desafios comuns.
- Estratégia (W+O): Formalização de parcerias para troca de experiências e apoio na gestão das práticas de melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho dos órgãos da administração pública municipal.



- Estratégias (S+T): Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; e identificação de parceiros externos que possam fortalecer e valorizar as práticas de melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho dos órgãos da administração pública municipal.
- Estratégias (W+T): Elaboração de campanha para prefeitos sobre os benefícios financeiros e sociais de realizar ações de melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; elaboração de materiais informativos com justificativas financeiras, passo a passo de implementação, exemplos de boas práticas e lista de parceiros para obter bom desempenho em cada indicador da A3P; e criação de portal virtual A3P, contendo todos os materiais da A3P, planilha de preenchimento dos indicadores de desempenho por município e espaço para troca de experiências entre órgãos da administração pública municipal.

Eixo 4. Sensibilização e capacitação dos servidores

- Estratégia (S+O): Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em processos de sensibilização e capacitação em comum.
- Estratégia (W+O): Formalização de parcerias para troca de experiências e apoio na gestão da sensibilização e capacitação dos órgãos da administração pública municipal.
- Estratégias (S+T): Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; identificação de formas de fortalecimento das parcerias vigentes; e identificação de novos parceiros externos que possam solucionar possíveis dificuldades na sensibilização e capacitação dos órgãos da administração pública municipal.
- Estratégias (W+T): Elaboração de materiais informativos com justificativas dos benefícios financeiros, sociais e ambientais, metodologias de capacitação; exemplos de boas práticas e lista de parceiros; e criação de portal virtual A3P, contendo todos os materiais da A3P, planilha de preenchimento dos indicadores de desempenho por município e espaço para troca de experiências entre órgãos da administração pública municipal.

Eixo 5. Contratações públicas sustentáveis

- Estratégia (S+O): Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em soluções sustentáveis para desafios comuns.
- Estratégia (W+O): Formalização de parcerias para troca de experiências e apoio na gestão de licitações sustentáveis dos órgãos da administração pública municipal.
- Estratégias (S+T): Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; fortalecimento e ampliação da divulgação das licitações sustentáveis municipais; e em caso de produtos ou serviços com pouca concorrência local, permitir a participação no processo licitatório de instituições de outros municípios e regiões, de forma não presencial.

- Estratégias (W+T): Fortalecimento da transparência nas licitações públicas municipais; diagnóstico sobre as dificuldades dos setores produtivos e de serviços sustentáveis; elaboração de materiais informativos com justificativas financeiras, indicação de listas de produtos e serviços e passo a passo de implementação da licitação sustentável; e criação de portal virtual A3P, contendo todos os materiais da A3P, planilha de preenchimento dos indicadores de desempenho por município e espaço para troca de experiências entre órgãos da administração pública municipal.

Eixo 6. Construções sustentáveis

- Estratégia (S+O): Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em soluções sustentáveis para desafios comuns.
- Estratégia (W+O): Formalização de parcerias para troca de experiências e apoio em construções sustentáveis dos órgãos da administração pública municipal.
- Estratégias (S+T): Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; fortalecimento e ampliação da divulgação das licitações sustentáveis municipais; e em caso de produtos ou serviços com pouca concorrência local, permitir a participação no processo licitatório de instituições de outros municípios e regiões, de forma não presencial.
- Estratégias (W+T): Diagnóstico sobre as dificuldades do setor de construções sustentáveis; elaboração de materiais informativos com justificativas financeiras, indicação de listas de produtos e serviços e passo a passo de implementação das construções sustentáveis; e criação de portal virtual A3P, contendo todos os materiais da A3P, planilha de preenchimento dos indicadores de desempenho por município e espaço para troca de experiências entre órgãos da administração pública municipal.

Desta forma, este consultor apresenta o presente **Produto 1. Documento contendo levantamentos gerais com iniciativas nacionais e internacionais correlatas ao programa A3P para avaliação e aprovação.**



Rafael Jo Girão

Gestor Ambiental - Consultor

